GOVERNO

Planalto conclui projetos de escuta e combate a caixa 2

Textos serão enviados ao Congresso no início de 2006 e prevêem elaboração de "cadastro vip" de políticos

Vannildo Mendes
BRASÍLIA

O governo federal vai enviar ao Congresso, no início de 2006, dois projetos de lei para regulamentar a escuta telefônica e para endurecer o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. Os dois novos instrumentos legais serão usados em uma grande ofensiva de combate ao caixa 2 de partidos políticos e candidatos, a ser desencadeada pelo governo nas eleições do próximo ano, segundo informou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

Só a Polícia Federal, conforme o ministro, tem, em fase de planejamento, mais de cem operações previstas para 2006, para reprimir a corrupção, a lavagem de dinheiro e os financiamentos ilegais de campanha. Essas ações envolverão prisões temporárias, buscas e apreensões e monitoramento telefônico com autorização judicial. "Serão usados todos os instrumentos de investigação modernos que a PF tem, o planejamento, a inteligência e o monitoramento", disse.

O foco nas eleições de 2006 foi determinado, segundo o ministro, em razão da avalanche de denúncias de uso de caixa 2 envolvendo o PT e os partidos da base aliada do governo. "Eu acho que o País avança na medida em que aproveita as lições da crise para construir uma nova plataforma de legalidade", enfatizou o ministro.

Desse modo, segundo ele, a PF, a exemplo da Justiça Eleitoral e do Ministério Público, vai dedicar atenção especial, no próximo ano, ao problema do caixa 2. "Vamos reprimir, coibir, para que ele deixe de existir. Essa é uma das metas do nosso combate à lavagem de dinheiro", prometeu.

MONITORAMENTO

Ainda no primeiro semestre, pelo calendário anticorrupção elaborado no Ministério da Justiça, será criado no País um "cadastro vip" de pessoas politicamente expostas – parlamentares, ministros, governadores, dirigentes de estatais e gestores públicos em geral – que passarão a ser monitoradas de forma permanente pelos órgãos policiais e de fiscalização do Estado. "São pessoas que têm mais oportunidades (*de corrupção*) e que, portanto, precisam ser mais vigiadas", disse Thomaz Bastos.

O cadastro é inspirado na política de monitoramento de autoridades públicas adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), cuja sigla em inglês é PEP (Politically Exposed Persons). Em vigor há alguns anos nos Estados Unidos e na Europa, esse sistema consta da convenção internacional da ONU contra a corrupção, da qual o Brasil é um dos signatários e que entrou em vigor neste mês de dezembro.

O outro objetivo da nova lei da escuta telefônica, segundo explicou o ministro, é coibir os abusos e punir com mais rigor o grampo ilegal e também a divulgação de informações que estejam protegidas por sigilo legal. O anteprojeto da nova lei de escuta já está pronto na Casa Civil da Presidência da República para ser enviado ao Congresso.

"A primeira coisa a fazer é identificar quem são as PEPs no Brasil, seguindo a lição da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. A segunda é definir as providências que devemos tomar para aumentar a vigilância em relação a essas pessoas. Isso se relaciona inclusive com eleição", alertou o ministro.

Para Bastos, quando for retirado o caixa 2 da massa de dinheiro informal que circula no País, ficará mais fácil combater o crime organizado: "O que restará é o dinheiro dos bandidos, do tráfico de drogas e de armas, da corrupção e dos crimes mais variados." ●

MAIS RIGOR

Calendário anticorrupção

Medidas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro que serão adotadas em 2006

Até março:
- Envio ao Congresso de projeto de lei regulamentando a escuta telefônica
- Envio ao Congresso de proposta de lei mais dura de combate à lavagem de dinheiro
- Definição das PEPs (Politically Exposed Persons), as pessoas politicamente expostas, como parlamentares, ministros, governadores, dirigentes de estatais e gestores públicos em geral, que passarão a ser monitoradas de forma permanente pelos órgãos de fiscalização do Estado
- Desenvolvimento de um programa de altos estudos no combate à lavagem de dinheiro para o Poder Judiciário

Junho:
- Regulamentação das regras do sistema financeiro para as PEPs
- Coaf, Secretaria da Receita Federal, Polícia Federal e Banco Central apresentarão regras para normatizar o transporte de valores. As empresas que fazem este trabalho terão que prestar informações detalhadas, inclusive de operações suspeitas, às autoridades federais
- Serão adotadas medidas para reforçar a proteção de informações sigilosas
- Será regulamentado novo esquema mais restritivo de saques em espécie, com provisionamento mínimo, limites, prazos e condições
- Serão criados cursos para formação de especialistas em combate à lavagem de dinheiro
- Projeto de cooperação jurídica na área de fronteira
- Será implantado sistema de banco de dados sobre bens, valores e direitos alienados

Setembro:
- Serão tipificados no Brasil os crimes de terrorismo e de financiamento do terrorismo
- Serão criadas delegacias de repressão a crimes financeiros em todas as superintendências regionais da Polícia Federal nos 26 Estados e no Distrito Federal
- Será recriada base de dados de saída e entrada de brasileiros em território nacional. Hoje, só é registrada a saída
- Será criado cadastro nacional de assinantes de telefonia móvel e fixa, além de internet

Dezembro:
- Será concluído o banco de dados de veículos, aviões e embarcações, que passam a ter controle integrado em qualquer parte do território nacional

ARTESTADO

'Oposição quer sangrar governo até eleição'

Para ministro da Justiça, cenário político será difícil em 2006 mas ele está otimista quanto à reeleição de Lula

BRASÍLIA

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, previu, em entrevista ao **Estado**, que o cenário político não será tranqüilo no próximo ano, porque, a seu ver, "a oposição quer fazer o governo sangrar até as eleições". "A gente sente que há uma vontade natural na oposição de fazer prolongar essa crise, porque ela virou uma disputa eleitoral." Mas Bastos disse que os governistas não temem o confronto. "Vamos, então, fazer a disputa", desafiou.

Mesmo com essa previsão sombria, o ministro disse entender que a crise política que fustiga o PT e a base aliada há nove meses está quase debelada, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva será reeleito e que o ex-ministro da Casa Civil e ex-deputado José Dirceu deverá voltar à cena política, não necessariamente dentro do governo. "Ele (*Dirceu*) tem uma história muito importante e não vai deixar de ter um papel na história do Brasil, mas eu não tenho nenhuma informação a respeito do retorno dele a algum cargo no governo", ressalvou.

PABLO VALADARES/AE

MENSALÃO – Bastos acha que pagamento a políticos não está provado, mas "caso será esclarecido quando o MP analisar as conclusões"

CERTEZA DA CANDIDATURA

Bastos disse ter certeza de que Lula será candidato, apesar de o presidente não lhe ter dito nada a respeito. "Eu acredito que ele será candidato e que a disputa vai despertar o País para um grande debate nacional", comentou. Para ele, esse debate vai preparar as condições para uma ampla reforma política, que ele garante ser a primeira tarefa de um eventual segundo mandato de Lula.

As CPIs do Congresso que investigam o esquema de caixa 2 do PT até agora não convenceram Bastos da existência do mensalão, a mesada que teria sido paga a parlamentares e a partidos da base aliada em troca de apoio ao governo. "Eu não acho que isso (*mensalão*) esteja devidamente provado", observou. Mas o ministro acha que o caso só será esclarecido quando as conclusões das CPIs forem submetidas ao crivo do Ministério Público.

Criticado pela oposição e por setores da sociedade por causa dos elevados índices de violência do País, Bastos garantiu que a política de segurança pública é consistente e que os resultados começaram a aparecer e serão mais visíveis ainda em 2006. "O País vai crescer muito no ano que vem e isso vai ajudar no combate à criminalidade e no estabelecimento de um País mais seguro."

Para ele, não se pode esperar resultados de curto prazo porque segurança pública não se faz só com repressão, mas com crescimento econômico, melhor distribuição de renda e geração de empregos. "Não se pode ter pressa nisso. A repressão, nós estamos fazendo bastante, mas ela tem um limite."

Isso não quer dizer, explicou, que a pobreza seja a causa da criminalidade, mas a desigualdade de renda, sim. "A promiscuidade entre a extrema pobreza e a extrema riqueza é fator de criminalidade. Só a redução da desigualdade vai diminuir a sensação de insegurança que permeia as nossas vidas de classe média", opinou.

Ele destacou que, de acordo com a última Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), nunca se distribuiu tanta renda como agora: "Os empregos estão sendo gerados, o País está crescendo, a inflação está sob absoluto controle e todos os indicadores econômicos são bons. Tudo isso cria as condições para se diminuir a violência", afirmou. ● **V.M.**

FRASES

Márcio Thomaz Bastos
Ministro da Justiça

"A gente sente que há uma vontade natural na oposição de prolongar a crise, porque ela virou uma disputa eleitoral"

"Ele (*Dirceu*) tem uma história muito importante e não vai deixar de ter um papel na história do Brasil, mas eu não tenho nenhuma informação a respeito do retorno dele a algum cargo no governo"

IGREJA

Para Wagner, críticas de d. Geraldo são deselegantes

Biaggio Talento
SALVADOR

O ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner, assumiu a defesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva depois de mais um pacote de críticas do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cardeal-arcebispo d. Geraldo Majella Agnelo. Na quinta-feira, o religioso disse que Lula precisa "ver mais" para enxergar os atos de corrupção denunciados pelas CPIs.

Wagner qualificou as declarações do cardeal como "deselegantes", assinalando não ver justificativa para as críticas constantes do presidente da CNBB ao governo. "Tenho o dever de defender o governo, ainda mais depois que foram divulgadas pesquisas indicando a diminuição nos índices de miséria do Brasil", disse o ministro, para quem d. Geraldo precisa se informar melhor sobre as realizações do governo. Na visão de Wagner, o Planalto tem ótimos programas sociais.

Por meio de sua assessoria de imprensa, d. Geraldo Majella informou que não comentaria as declarações do ministro. ●

TERRAS

Sem-terra invadem fazenda de prefeito no interior de SP

José Maria Tomazela
SOROCABA

Cerca de 250 integrantes do Movimento Luta pela Terra (MLT), dissidência do MST, invadiram sábado a Fazenda São Mateus, em Paraguaçu Paulista, oeste do Estado. O grupo ergueu barracos numa área cultivada com cana-de-açúcar.

Os líderes alegam que parte das terras é devoluta. A área invadida faz parte da Usina Cocal, pertencente ao prefeito de Paraguaçu, Carlos Arruda Garms (PSDB), que não foi encontrado. A Polícia Militar esteve ontem no local.

Os sem-terra, procedentes de várias cidades da região, admitiram que, por erro de informação, entraram na gleba errada e disseram que a partir de hoje vão transferir os barracos para outra área. De acordo com o supervisor da usina, Walter Acorsi, parte da fazenda é explorada mediante contratos de arrendamento, mas não existe nenhuma irregularidade.

Segundo Acorsi, o departamento jurídico da usina deverá entrar hoje com uma ação de reintegração de posse contra os invasores na Justiça local. ●